

**Veículo:** *Valor Econômico*

**Data:** 13/03/2007

**Autor:** César Felício

## **Um debate de críticas irrespondíveis**

O desprestígio do sistema partidário e do seu principal cenário de atuação - o Legislativo - não é uma idiossincrasia brasileira. Aparentemente, é um fenômeno mundial. Segundo pesquisa do Eurobarômetro do ano passado, nos países mais populosos da Europa, como França, Reino Unido, Alemanha, Itália e Espanha, os partidos políticos são a instituição em que a sociedade menos confia, com índices que vão de 12% (casos francês e inglês) a 25% (caso espanhol). A confiança no Congresso está um grau acima, mas costuma freqüentar o penúltimo lugar em confiabilidade em todos estes países.

A situação não é diferente na América Latina. Outro levantamento, o Barômetro Iberoamericano de Governabilidade, apurou entre 2005 e 2006 índices de confiança partidária que variavam entre ridículos 2% no Equador a 22% no Chile. A credibilidade do Congresso também vai mal: 14% na Argentina, 23% na Colômbia e 22% no Brasil. A chuva de estatísticas indica que há um problema estrutural, pouco sanável, na representação popular dentro dos poderes, seja qual for o nível de consolidação democrática. Atinge a maioria dos países com voto distrital puro, distrital misto, proporcional com lista fechada, com lista aberta, com financiamento público das campanhas, enfim, com todo rosário das soluções lembradas pelos que defendem a reforma política.

Não existe sistema eleitoral que retrate de modo exato a vontade popular nas casas legislativas. Assim é a tal ponto que em qualquer debate sobre reforma política são irrespondíveis as críticas recíprocas entre os defensores do sistema de eleição distrital, do voto em lista ou do sistema atual. Foi o caso ontem do encontro promovido na Associação Comercial de São Paulo<sup>1</sup> pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso

---

<sup>1</sup> Nota do iFHC: o seminário "Voto distrital: a reforma política que interessa ao Brasil" foi promovido pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso em parceria com a Associação Comercial de São Paulo.

para debater a eleição parlamentar.

Vontade do eleitor sempre pode ser traída

Partiu do petista José Eduardo Martins Cardozo, um defensor do modelo misto alemão, a admissão de que o sistema distrital pode alienar a vontade popular, sobretudo se existir um único eleito por distrito. É a questão da sub-representação das minorias ou da criação de uma maioria parlamentar que inexistente na urna. Em tese, um partido que obtenha 20% dos votos em todos os distritos, um percentual muito acima do que qualquer partido brasileiro consegue em eleições proporcionais nos últimos anos, poderia ficar sem um único congressista, se ficar em segundo lugar em todas as situações. Mais grave ainda é a outra hipótese: poderia eleger a maioria absoluta do Congresso, ou até mesmo, raciocinando pelo paradoxo, o Legislativo inteiro, em um quadro de grande fragmentação partidária que leve a um número elevado de candidatos por distrito, com um deles alcançando a vitória com um baixo percentual de votos.

"Não há sociedade sem risco", reconheceu o ex-presidente, para em seguida minimizar os problemas: citou os Estados Unidos, a maior democracia distrital do mundo, como exemplo de país onde o sistema partidário abriu espaço para representar as minorias. O sinal disso seria a disputa pela candidatura presidencial democrata entre o negro Barack Obama e a mulher Hillary Clinton, integrantes de duas categorias consideradas marginalizadas na estrutura de poder.

A vereadora no Rio de Janeiro Aspásia Camargo (PV), preferiu trocar Ohio e Nova York pela Parada de Lucas ao argumentar. Sustenta que a pobreza generalizada pode transformar o voto distrital em um mecanismo de fragilização da democracia. "Os piores vereadores que temos no Rio são os que distritalizaram na prática sua atuação política. Garantem sua reeleição em centros sociais para a distribuição de favores, em favelas onde as máfias ocuparam todos os espaços", afirmou.

O sistema distrital não é o único a distorcer o voto popular. Ficou sem resposta a ironia feita pelo deputado Miro Teixeira (PDT) a Martins Cardozo, ao atacar o voto proporcional em lista partidária, defendido pelo PT. "Se a lista vigorasse, Cardozo, você não seria parlamentar. Quem faria a relação dos deputados no PT seria o Delúbio", disse. Do mesmo modo que não houve réplica ao argumento do presidente do PFL, Jorge

Bornhausen, ao sistema atual, defendido por Miro. Ele lembrou que anteontem morreu o deputado alagoano Gerônimo Ciqueira, um pefelista portador de talidomida e defensor de direitos para deficientes físicos. Foi sucedido pelo primeiro suplente, Augusto Farias, do PTB. "Era essa a vontade do eleitor de Alagoas? Sabe-se que ao votar em um, elege-se outro?", indagou.

Partidos e parlamentos são impopulares em todo o mundo, mas é óbvio que não fazem tábua rasa das diferenças entre a democracia na Europa e na América Latina. A linha divisória está no grau de confiança nas instituições responsáveis por políticas permanentes de Estado. Sabe-se onde o calo aperta. Os pesquisados do Haiti declararam uma confiança no Congresso igual à francesa: 27%. Quando se pergunta sobre a Justiça, a credibilidade do judiciário francês vai a 40% e a do haitiano a 5%. Ao se tratar de Igreja, a da França consegue 35% de confiança e a do Haiti, 82%. Nos países europeus, invariavelmente, desponta com maior credibilidade a polícia e as Forças Armadas. Nos latino-americanos, com exceção do Chile e Venezuela, só Deus salva: a Igreja Católica é a instituição mais confiável para todos os demais Países.